

OS RISCOS SOBRE A MANOBRA ORÇAMENTAL DO GOVERNO PERMANECERÃO ATÉ 2019¹

Não é a primeira vez que o Governo se encontra numa posição de enorme desconforto para elaborar o seu Orçamento. Em 1998, quando o preço internacional do petróleo se situou a vizinhança de 10 dólares o barril, foi difícil a configuração do plano financeiro do Estado, tendo-se programado um défice fiscal da ordem dos 15% do PIB. Em 2009, também o preço do petróleo desceu para patamares comprometedores do financiamento da actividade do Estado: 61,8 dólares o barril, depois de ter registado um valor de 97,1 dólares em 2008. O défice fiscal nesse ano foi de 8,1% do PIB. O valor global da actividade económica do país passou de 84,2 mil milhões de dólares em 2008 para 75,5 mil milhões em 2009. Foi a primeira grande quebra do PIB depois de finalizada a guerra civil.

O Orçamento Geral do Estado para 2015 foi aprovado pelo Conselho de Ministros e segue agora para a Assembleia Nacional para discussão, avaliação e validação pelos deputados. Seguramente que será aprovado sem grandes alterações, mas algumas das premissas em que assenta são discutíveis e só o facto de ser necessário dar sinais de esperança às famílias e ao tecido económico é que justifica esse optimismo.

Uma delas é a taxa de crescimento do PIB avaliada em 9,7% para o próximo ano. O que não se percebe bem é a diferença para as previsões do Fundo Monetário Internacional expressas no Angola 2014 Article IV Consultation de Setembro de 2014 e estimada em 5,9%. As discussões entre a Missão do FMI e as autoridades governamentais ocorreram em Agosto e seguramente que deve ter havido algum acordo quanto ao enquadramento macroeconómico para o Orçamento de Estado de 2015. O que se passou em pouco mais de dois meses que justifique uma diferença de quase 4 pontos percentuais? Olhando para a produção petrolífera conclui-se que não terão sido fornecidas ao Fundo as informações mais realistas. Na verdade, a proposta de OGE para 2015 considera possível obter uma produção diária de 1833151 barris, enquanto o Fundo Monetário Internacional se conteve em 1755000 barris.

Outra área discutível é a taxa de crescimento da produção da economia não petrolífera (oficialmente designada agora de nova economia) com um valor de 9,2%, depois de ter decrescido de 2013 para 2014 de 10,9% para 8,2%. Parece que esta previsão se baseia em perspectivas demasiado optimistas para os sectores que lhe dão suporte: agricultura com 12,3%, a construção com 10,5% e a indústria transformadora com 11,2%.

¹ Semanário Expansão de 7 de Novembro de 2014.

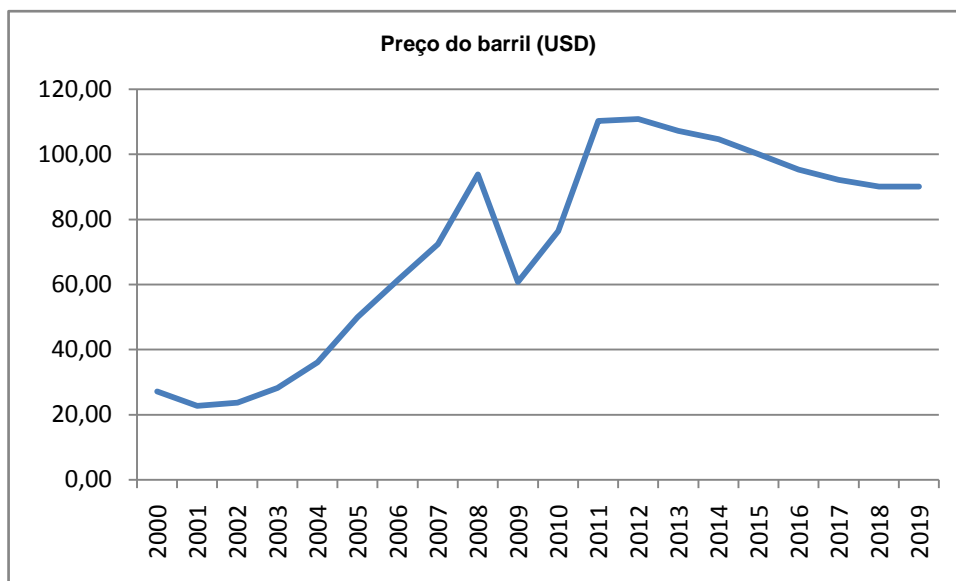
A actividade agrícola tem apresentado enorme volatilidade no seu comportamento, devido à sua sujeição às imponderabilidades climáticas: segundo os mais recentes ajustamentos oficiais, a produção diminuiu 22,5% em 2012 e em 2013 terá aumentado 42,3%!

As actividades de transformação continuam sujeitas a uma série de constrangimentos que as políticas públicas de incentivação não têm conseguido debelar. Daí a sua progressão incerta desde 2012, em que o seu VAB aumentou 14%, para descer para 8,6% em 2013 e 8,1% em 2014.

A construção tem vindo a perder dinâmica e influência enquanto factor de crescimento de toda a economia. Longe estão taxas de 23,8% e de 16,1% registadas em 2009 e 2010, respectivamente. As mais recentes informações (2013 e 2014) colocam as dinâmicas anuais em 8%.

Os investimentos públicos vão continuar a ser a segunda mola impulsionadora do crescimento, mas o seu financiamento vai ter de se fazer à custa de um défice fiscal estimado em cerca de 7,6%, o mais alto desde a crise internacional de 2008/2009, que terá de ser financiado com aumento da dívida pública, interna e externa. O Governo prevê passar o montante do PIP de 9 mil milhões de dólares previstos para 2014, para 11 mil milhões de dólares em 2015 (equivalente a um acréscimo nominal de 22,1%), mais ou menos em conformidade com as previsões do Fundo Monetário Internacional, que, no entanto, estabelece uma tendência decrescente dos investimentos públicos, para um valor de 10 mil milhões de dólares em 2019.

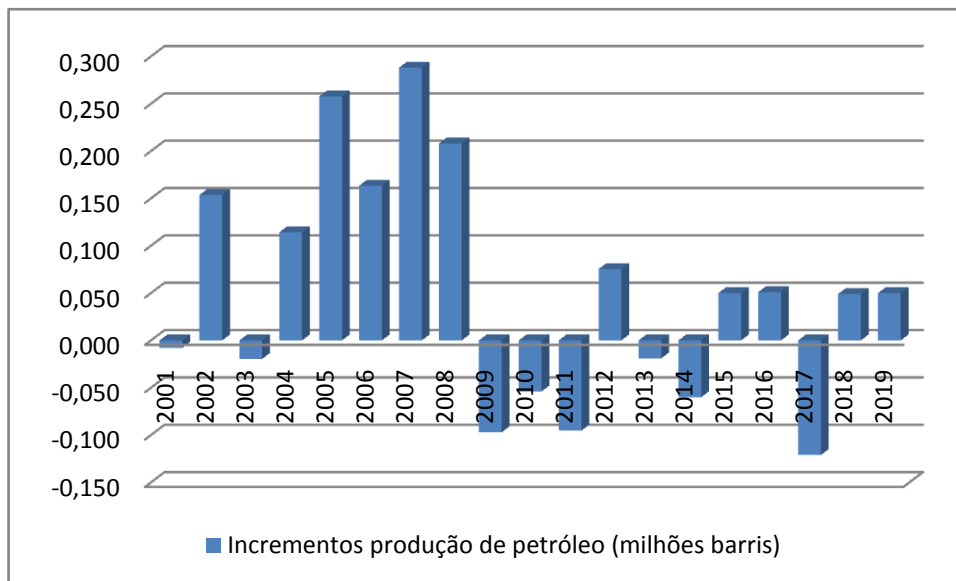
Mas alinham-se outros riscos até 2019. A evolução do preço do barril de petróleo é talvez o maior para as finanças públicas e para a própria economia nacional. De acordo com as informações do Fundo Monetário Internacional e de Angola Oil and Gas Report 2014, a evolução do preço do petróleo angolano no mercado internacional apresenta-se tendencialmente decrescente e poderá situar-se em 90 dólares o barril em 2019, numa sequência temporal expressa na figura seguinte.



FONTES: FMI – 2014 Article IV Consultation, September 2014; e Angola Oil and Gas Report 2014.

Num contexto em que ainda 70% das receitas fiscais totais dependem das de origem petrolífera, percebe-se o risco que envolve o exercício da actividade do Estado para cumprir as suas funções orçamentais modernas, como a provisão de bens públicos, a garantia da estabilidade económica e a promoção do crescimento económico e desenvolvimento social. O Fundo Monetário Internacional, no já citado Relatório de Missão de Setembro do corrente ano, atribui às receitas tributárias não petrolíferas uma participação média anual no PIB de apenas 8,7% numa média anual entre 2013 e 2019.

Outro risco é o da estabilidade da produção de petróleo, que tem estado sujeita a uma série de constrangimentos técnicos com reflexos na respectiva taxa anual de variação: -5,1% em 2009, -3% em 2010, -5,4% em 2011, -1,1% em 2013 e -3,5% em 2014. Em termos acumulados uma perda de cerca de 10%, já descontada a variação positiva de 4,5% em 2012. Não é apenas o quantitativo de produção anual, mas principalmente o seu comportamento sinuoso até 2019, conforme figura seguinte.



FONTES: FMI – 2014 Article IV Consultation, September 2014; e Angola Oil and Gas Report 2014.

Com défices fiscais sucessivos até 2019 – segundo o FMI um acumulado de 21,6% entre 2014 e 2019 – e uma taxa média anual de crescimento do PIB entre 5% e 6% e uma acumulação da dívida pública, as notações de risco das Agências Internacionais podem piorar, desincentivando o investimento estrangeiro, fundamental para todo o processo de diversificação da economia nacional.